



# Cotadas ainda não cumprem regras de remunerações

Relatório da CMVM sobre governo das cotadas será apresentado até final de Fevereiro.

Marta Reis  
marta.reis@economico.pt

As recomendações sobre remuneração dos administradores das sociedades cotadas portuguesas apresentam um elevado grau de incumprimento, revelam as primeiras conclusões do o Relatório da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, referente a 2009, avançadas ontem por Carlos Tavares.

Esta análise, feita anualmente pelo regulador e que será divulgada integralmente até final de Fevereiro, concluiu que, em 60% dos casos, a estrutura das remunerações dos administradores “não estava alinhada com o desempenho da empresa no longo prazo”; em 41%, as comissões de remuneração não estava sujeita à aprovação pela assembleia geral; e, em 58%, a política de remuneração não eram constituídas maioritariamente por membros independentes.

**“Ao longo do ano passado, Portugal aumentou de forma significativa o nível de transparência exigido às empresas cotadas relativamente à sua estrutura remuneratória e de incentivos”, refere a OCDE.**

Apesar de o relatório não ser totalmente comparável com o dos anos anteriores – devido alterações no código de governança da CMVM – nos casos em que as recomendações são comparáveis “houve uma melhoria” no cumprimento, adiantou o presidente do regulador, ao Diário Económico, à margem da conferência sobre “Boas Práticas Remuneratórias dos Órgãos Societários”, organizada pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Esta avaliação sobre 2009, sublinhou Carlos Tavares, não reflecte as novas exigências decorrentes de leis e recomendações sobre fixação e transparência das remunerações, algo que só acontecerá no relatório que analisará a realidade em 2010.

Entretanto será também publicado um relatório da OCDE sobre ‘corporate governance’, que analisou cinco países: Portugal, Reino Unido, Japão Suécia e Brasil. Uma das conclusões, avançadas por Carlos Tavares, é que Portugal “tem uma estrutura legal e regulatória muito evoluída, apesar da reduzida dimensão do seu mercado”. Além disso, o documento salienta que, “ao longo do ano passado, Portugal aumentou de forma significativa o nível de transparência exigida às empresas cotadas relativamente à sua estrutura remuneratória e de incentivos”.

Apesar deste avanço, o relatório da OCDE, sublinhou Carlos Tavares, refere que “prevalcem algumas debilidades na prática das empresas cotadas no que toca ao governo das sociedades”. ■



O presidente da CMVM, Carlos Tavares, disse que é “urgente” desenvolver fontes de financiamento alternativas para as empresas.

## Criticado corte da remuneração variável aos gestores públicos

A não atribuição de remuneração variável aos gestores públicos, decretada pelo Governo num contexto de restrição orçamental, mereceu críticas por parte dos intervenientes na conferência sobre “Boas Práticas Remuneratórias dos Órgãos Societários”, realizada ontem em Lisboa. Paulo Câmara, da Sérvulo & Associados, afirmou que se trata de “um erro estratégico”. O advogado defendeu, em alternativa, a criação de um tecto mais baixo nos prémios, considerando que

acabar com estes “é tratar de forma igual o gestor excelente e o gestor medíocre”. Nesta matéria salientou ainda que a remuneração variável não deve estar garantida, mas depender do desempenho. “Portugal tem um problema sério na aplicação do sistema meritocrático”, disse. Também o presidente do IPCG, Pedro Rebelo de Sousa, criticou a não atribuição de remuneração variável aos gestores públicos, durante o tempo de

implementação do PEC, definida no OE 2011. “É na crise que a parte variável da remuneração dos gestores permite introduzir a componente do mérito, essencial à distinção entre os que têm boas práticas de governança e os que não cumprem”, disse, à Lusa, à margem do evento. “Acho que o Estado tem dupla responsabilidade, deve dar o exemplo e remunerar os gestores pelo desempenho”, acrescentou.